

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Aos 4 dias do mês de Janeiro de 2012, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Distribuição de iniciativas europeias;
3. Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:
 - Projeto de Lei n.º 101/XII/1.ª (PSD) - "*Altera pela décima oitava vez o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando a Mefedrona e o Tapentadol às substâncias da tabela II-A que lhe é anexa*" - Relatora - Deputada Elza Pais (PS);
 - Projecto de Lei n.º 118/XII/1.ª (PS) - "*Aprova o regime jurídico da Cópia Privada e altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março*" - Relator - Deputado Hugo Velosa (PSD);
 - Projecto de Lei n.º 122/XII/1.ª (BE) - "*Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e regula o recurso à maternidade de substituição, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro*" - Relator - Deputado Pedro Delgado Alves (PS);
4. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 34/XII/1.ª (GOV) - "*Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum*";
5. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente sobre:
 - COM (2011) 793 - *Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à resolução alternativa de litígios de consumo, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Directiva 2009/22/CE (Directiva RAL)*. Documentos associados: Avaliação de Impacto [SEC(2011)1408] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1409];

Nota: aprovado a 01-02-2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

- COM (2011) 791 - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu - Resolução alternativa de litígios de consumo no Mercado Único;*
- COM (2011) 794 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho à resolução de litígios de consumo em linha (Regulamento ODR) - Relatora - Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP);*
- COM (2011) 249 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos fundamentais e cidadania» para o período 2007-2013 - Relatora - Deputada Elza Pais (PS);*
 - COM (2011) 735 final - *LIVRO VERDE relativo ao reagrupamento familiar dos nacionais de países terceiros que vivem na União Europeia (Directiva 2003/86/CE) Relatora - Deputada Andreia Neto (PSD);*
6. **Apreciação e votação das actas das reuniões n.ºs 35 a 40 (correspondendo às reuniões de 7 a 21 de Dezembro de 2011);**
7. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente da Petição n.º 57/XII/1.ª - "Solicita a alteração do artigo 823.º do Código de Processo Civil, no sentido de passar a ser impenhorável a casa de morada de família do executado se o exequente for o estado, as autarquias locais ou a segurança social" - Relator - Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);**
8. **Fixação de redações finais de textos legislativos aprovados;**
9. **Outros assuntos.**

Presidiu à reunião o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD).

No primeiro ponto da ordem de trabalhos, foi designado Relator do [Projecto de Lei n.º 122/XII/1.ª \(BE\)](#) - "*Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e regula o recurso à maternidade de substituição, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro*" o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), cujo parecer foi discutido em ponto ulterior da reunião, atento o agendamento da sua discussão para sessão Plenária subsequente.

Foram ainda distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Proposta de Lei 39/XII/1.ª (GOV)	Procede à sexta alteração ao Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 53/2004, de 18 de Março, simplificando formalidades e procedimentos e instituindo o processo especial de revitalização	Baixou à 1.ª e 6.ª Comissões, sendo competente a 1.ª	Relator: Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS)
Projeto de Lei n.º 126/XII/1.ª (BE)	Eliminação da impossibilidade legal de adopção por casais do mesmo sexo primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio, segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de Maio, e primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 121/2010, de 27 de Outubro.		Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)
Projeto de Lei n.º 127/XII/1.ª (BE)	Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a Procriação Medicamente Assistida, a adopção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo		Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS)

Em seguida, foram distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Título	Relator nomeado	Prazo de apreciação
Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que estabelece um quadro plurianual para a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia para o período 2013-2017 [COM(2011)880]	Dep. Elza Pais (PS)	Aferição do princípio da subsidiariedade Até 8.02.2012

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui um instrumento financeiro para a promoção da democracia e dos direitos humanos a nível mundial [COM(2011)844]. Esta iniciativa tem associados os seguintes Documentos de Trabalho: Avaliação de Impacto [SEC(2011)1478] e Resumo da Avaliação de Impacto [SEC(2011)1479].</p>	<p>Dep. Isabel Alves Moreira (PS)</p>	<p>Aferição do princípio da subsidiariedade</p> <p>Até 25.01.2012</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - RELATÓRIO INTERCALAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SCHENGEN DE SEGUNDA GERAÇÃO (SIS II) - Janeiro de 2011 - Junho de 2011 [COM(2011)907].</p>	<p>Dep. Isabel Oneto (PS)</p>	<p>Não aplicável</p>

<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES inovação, crescimento e governação transparente [COM(2011)882].</p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão do Gabão à Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças [COM(2011)904].</p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão de Andorra à Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças [COM(2011)908]</p> <p><i>Obs: Também enviada à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão das Seicheles à Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças [COM(2011)909]</p> <p><i>Obs: Também enviada à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão da Federação da Rússia à Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças [COM(2011)911].</p> <p><i>Obs: Também enviada à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão da Albânia à Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças [COM(2011)912]</p> <p><i>Obs: Também enviada à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão de Singapura à Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças [COM(2011)915]</p> <p><i>Obs: Também enviada à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão de Marrocos à Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças [COM(2011)916]</p> <p><i>Obs: Também enviada à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>
<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à declaração de aceitação pelos Estados-Membros, no interesse da União Europeia, da adesão da Arménia à Convenção de Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças [COM(2011)917]</p> <p><i>Obs: Também enviada à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado tomar conhecimento mas não escrutinar</p>

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, a Senhora Deputada Elza Pais (PS) apresentou o seu parecer sobre o [Projecto de Lei n.º 101/XII/1.ª \(PSD\)](#) - "*Altera pela décima oitava vez o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, acrescentando a Mefedrona e o Tapentadol às substâncias da tabela II-A que lhe é anexa*", cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

O Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) apresentou também o parecer sobre o [Projecto de Lei n.º 118/XII/1.ª \(PS\)](#) - "*Aprova o regime jurídico da Cópia Privada e altera o artigo 47.º do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos - Sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março*", em substituição do Relator inicialmente designado, Deputado Manuel Meirinho (PSD), por se encontrar impedido. As partes I e III do parecer foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Por fim, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) apresentou o seu parecer sobre o [Projecto de Lei n.º 122/XII/1.ª \(BE\)](#) - "*Garante o acesso de todas as mulheres à Procriação Medicamente Assistida (PMA) e regula o recurso à maternidade de substituição, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho*,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

alterada pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro", cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV, tendo sido felicitado pelo trabalho exaustivo e rigoroso apresentado e pelas questões e observações suscitadas, que consideraram dever merecer um debate aprofundado na discussão na generalidade em Plenário.

Em seguida, teve lugar a discussão e votação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 34/XII/1.ª \(GOV\)](#) - "*Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum*".

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão em 16 de Dezembro de 2011, após aprovação na generalidade, para discussão e votação na especialidade.

Apresentaram propostas de alteração os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, conjuntamente, em 2 de Janeiro de 2012, do PS, do BE e do PCP, em 3 de Janeiro e, conjuntamente, do PSD e do CDS-PP em 10 de Janeiro.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à excepção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, de que resultou o que abaixo se relata, tendo sido votadas as propostas de alteração apresentadas e as soluções da Proposta de Lei nos seguintes termos:

- ❖ Artigo 1.º (preambular) – *Alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 2.º (da Lei n.º 1/2005)
 - N.º 1 – alínea b) – na redacção da proposta de substituição apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e do BE e a abstenção do PCP; na redacção da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PS e a abstenção do PCP e do BE;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

alínea c) – na redação da proposta de substituição, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP – aprovada por unanimidade; propostas de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentadas pelo PS, pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; alínea e) – proposta de eliminação apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; propostas de eliminação apresentadas pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, do PCP e do BE; alínea f) – aprovada por unanimidade;

❖ Artigo 3.º (da Lei n.º 1/2005)

- N.º 1 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentadas pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE;
- N.º 2 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentadas pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; na redação da proposta de substituição do PSD e CDS-PP – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, do PCP e do BE;
- N.º 3 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS –

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; proposta de eliminação do n.º 3 constante da Proposta de Lei, apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS; na redação da proposta de substituição apresentada pelo PCP – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE (passando o atual n.º 3 a n.º 4);

- N.º 4 – na redação da proposta de aditamento de um n.º 4 ao artigo 3.º da lei em vigor, apresentada pelo PS – prejudicada pela aprovação dos n.ºs 1, 2 e 3 constantes da Proposta de Lei;
 - N.º 5 – na redação da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE;
 - N.º 6 – proposta de eliminação do n.º 6 constante da Proposta de Lei, apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS; na redação da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE;
 - N.º 7 – proposta de substituição apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da Proposta de Lei - aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e contra do PS, PCP e do BE;
- ❖ Artigo 4.º (da Lei n.º 1/2005) – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 5.º (da Lei n.º 1/2005)
- N.º 1 – alínea c) – na redação da proposta de substituição da alínea c) apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; alínea i) – na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

- N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE;
- N.º 5 – na redação da proposta de substituição apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do BE e abstenções do PS e do PCP; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e votos contra do BE;
- N.º 7 - na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE;
- ❖ Artigo 7.º (da Lei n.º 1/2005)
 - N.º 2 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; propostas de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentadas pelo BE e pelo PCP – prejudicadas pela votação anterior; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e CDS-PP e votos contra do PS, do PCP e do BE;
 - N.º 9 - proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; proposta de eliminação do texto constante da Proposta de Lei (com manutenção da redação da lei em vigor), apresentada pelo BE – prejudicada pela votação anterior; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e CDS-PP e votos contra do PS, do PCP e do BE;
 - N.º 10 - propostas de eliminação do n.º 10 constantes da Proposta de Lei, apresentadas pelo BE e pelo PCP – rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS; proposta de substituição apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE e votos a favor do PS; na redação da proposta de substituição apresentada pelo PSD e pelo

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

CDS-PP – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;

- N.º 11 - propostas de eliminação do n.º 11 constante da Proposta de Lei, apresentadas pelo BE e pelo PCP – rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
- N.º 12 - propostas de eliminação do n.º 12 constante da Proposta de Lei, apresentadas pelo BE e pelo PCP – rejeitadas, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
- ❖ Artigo 8.º (da Lei n.º 1/2005)
 - N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do PCP e do BE e a abstenção do PS;
 - N.º 3 – na redação da proposta de aditamento apresentada pelo PS – rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP e a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da proposta de aditamento apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 9.º (da Lei n.º 1/2005)
 - N.º 1 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do BE;
 - N.º 4 – na redação da proposta de aditamento de um n.º 4, apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da proposta de aditamento de um n.º 4, apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP – aprovada, com votos a favor do PSD, do CDS-PP do PS e do PCP e a abstenção do BE;
- ❖ Artigo 10.º (da Lei n.º 1/2005)
 - N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP, votos contra do BE e abstenções do PS e do PCP;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

- ❖ Artigo 12.º (da Lei n.º 1/2005) – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 2.º (preambular) – *Aditamento à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 15.º (da Lei n.º 1/2005) –
 - N.º 1 – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade;
 - N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PCP e abstenções do PS e do BE;
 - N.ºs 3 e 4 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PCP e do BE e a abstenção do PS;
 - N.º 5 – corpo e alínea a) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PS, do PCP e do BE; alínea b) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo PS – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e do BE e a abstenção do PCP; alínea b) – na redação da proposta de substituição apresentada pelo BE – rejeitada, com votos contra do PSD e do CDS-PP e votos a favor do PS, do PCP e do BE; na redação da Proposta de Lei – aprovada, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PS, do PCP e do BE; corpo do n.º 5, na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD e do CDS-PP e abstenções do PS, do PCP e do BE;
 - N.º 6 – na redação da Proposta de Lei – aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP e do PS e votos contra do PCP e do BE;
- ❖ Artigo 3.º (preambular) – *Alteração à organização sistemática da Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 4.º (preambular) – *Direito transitório e regulamentação*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

- N.º 1 – proposta de eliminação e de alteração da epígrafe (que passa a ser “*Regulamentação*”), apresentada pelo BE – aprovada por unanimidade; proposta apresentada pelo PSD e pelo CDS-PP, de teor idêntico à do BE – prejudicada pela votação anterior;
- N.º 2 – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade (passando a corpo do artigo, em resultado da votação anterior);
- ❖ Artigo 5.º (preambular) – *Avaliação legislativa* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 6.º (preambular) – *Republicação* – aprovado por unanimidade;
- ❖ Artigo 7.º (preambular) – *Entrada em vigor*
 - Proposta de aditamento de um n.º 2, apresentada pelo PS – rejeitado, com votos contra do PSD e do CDS-PP, votos a favor do PS e do BE e a abstenção do PCP;
 - Corpo – na redação da Proposta de Lei – aprovado por unanimidade;

No quinto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas europeias, que foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV:

- COM (2011) 793 - *Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à resolução alternativa de litígios de consumo, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Directiva 2009/22/CE (Directiva RAL) e documentos associados - avaliação de impacto [SEC(2011)1408] e o resumo da avaliação de impacto [SEC(2011)1409];*
- COM (2011) 791 - *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho e ao Comité Económico e Social Europeu - Resolução alternativa de litígios de consumo no Mercado Único;*
- COM (2011) 794 - *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho à resolução de litígios de consumo em linha (Regulamento ODR) tendo a respectiva Relatora, Senhora Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP), apresentado brevemente os três pareceres;*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

- COM (2011) 249 - *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Relatório sobre a avaliação intercalar do programa «Direitos fundamentais e cidadania» para o período 2007-2013*, tendo a respectiva Relatora, Senhora Deputada Elza Pais (PS), apresentado brevemente o seu parecer;
- COM (2011) 735 final - *LIVRO VERDE relativo ao reagrupamento familiar dos nacionais de países terceiros que vivem na União Europeia (Directiva 2003/86/CE)*, que foi apresentado pela respectiva Relatora, Senhora Deputada Andreia Neto (PSD).

Foram em seguida apreciadas e aprovadas por unanimidade [as actas das reuniões n.ºs 35 a 40](#) (correspondendo às reuniões da Comissão de 7 a 21 de Dezembro de 2011).

No sétimo ponto da ordem de trabalhos, foi apreciado o relatório final da [Petição n.º 57/XII/1.ª](#), da iniciativa da ACAPOR - Associação do Comércio Audiovisual de Obras Culturais e de Entretenimento de Portugal, que "*solicita a alteração do artigo 823.º do Código de Processo Civil, no sentido de passar a ser impenhorável a casa de morada de família do executado se o exequente for o Estado, as autarquias locais ou a segurança social*". Após a sua apresentação pelo Relator, Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD), o relatório foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Por fim, procedeu-se à fixação da redacção final do texto que "*Procede à sexta alteração ao Regulamento das Custas Processuais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2008, de 26 de Fevereiro*" [[Proposta de Lei n.º 29/XII/1.ª \(GOV\)](#)], após ter sido cumprido por esta Comissão o disposto no artigo 156.º do Regimento da Assembleia da República, sem votos contra, na ausência do PEV. Foram aceites, por unanimidade dos presentes, as sugestões de redacção da informação n.º 1727/DAPLEN/2012, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em causa.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11:10 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de Janeiro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(FERNANDO NEGRÃO)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 41/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Ricardo Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
António Filipe
Elza Pais
João Lobo
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida
José Luís Ferreira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: